

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.192 - GO (2019/0302049-9)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : GUILHERME MARTINS DA SILVA E OUTRO
ADVOGADOS : DEUEL GONTIJO FERNANDES AMORIM - GO040979
GUILHERME MARTINS DA SILVA - GO050855
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : FABRICIO LUCIANO ALVES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de FABRICIO LUCIANO ALVES, apontado como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Goiás.

Segundo consta dos autos, o paciente teve sua prisão preventiva decretada, no dia 20/9/2019, pela suposta prática dos delitos descritos nos arts. 317, 351 e 288, todos do CPB porque, juntamente com outros 3 agentes públicos, facilitou a fuga de um interno, mediante o pagamento de quantia em dinheiro, ou outra vantagem econômica (e-STJ fl. 19).

Na presente oportunidade, a defesa alega, na forma sintetizada (e-STJ fl. 5):

1. *Superação da súmula 691 do STF - "Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar." Decisão impugnada apresenta quadro de teratologia ou manifesta ilegalidade.*
2. *Decreto de prisão calcado na garantia da ordem pública, diante da forte repercussão social sobre o fato e visando evitar reiteração na prática de conduta criminosa. Jurisprudência pacífica dos Tribunais Superiores no sentido de que "quando a prisão preventiva assume a função de prevenção geral, torna-se incompatível com o seu destino cautelar. E tal incompatibilidade se revela ainda mais grave quando se tem em conta a referência à função de pronta reação do delito como forma de aplacar o 'alarme social'; aqui se parte de um dado emotivo, instável e sujeito a manipulações, para impor à consciência do juiz uma medida muito próxima à idéia de justiça sumária" (STF, HC nº*

Superior Tribunal de Justiça

87.401, Rel. Min. CEZAR PELUSO)

3. *Inexistência de fundamentação idônea quanto à insuficiência da aplicação das medidas cautelares diversas da prisão (art. 319 CPP). Jurisprudência pacífica dos tribunais superiores no sentido de que "é indispensável ficar evidenciado que o encarceramento do acusado é o único modo eficaz para afastar esse risco. Dito de outro modo: cumpre demonstrar que nenhuma das medidas alternativas indicadas no art. 319 da lei processual penal tem aptidão para, no caso concreto, atender eficazmente aos mesmos fins" (HC nº 127.186, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, j. 28.04.15).*

4. *Paciente primário, com residência fixa no distrito da suposta culpa há mais de 30 anos, funcionário público municipal. Apresentou-se quando de sua intimação para prestar depoimento. Condições pessoais que, se, por si só, não impedem a decretação da prisão preventiva, devem ser sopesadas em seu favor.*

Diante disso, pede, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente ou, subsidiariamente, a substituição por medidas cautelares diversas previstas no art. 319 do CPP.

É o relatório, **decido**.

A presente impetração não pode prosperar.

Isso porque a inicial não faz qualquer menção à eventual decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, inclusive aponta o Juízo de primeiro grau como autoridade coatora – a 2ª Vara Criminal da Comarca de Luziânia/GO, o que evidencia a incompetência deste Superior Tribunal de Justiça para apreciar e julgar originariamente a causa, nos termos do art. 105, II, da Constituição Federal.

Nesse sentido:

HABEAS CORPUS. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. PRETENSÃO ABSOLUTÓRIA POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO PARA O TÉRMINO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. AUTORIDADE COATORA. JUIZ DE DIREITO. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. Este Superior Tribunal de Justiça não tem competência para

Superior Tribunal de Justiça

apreciar Habeas Corpus impetrado contra ato de Juiz de Direito.

2. Parecer pelo não conhecimento do Habeas Corpus ou, alternativamente, que seja julgado prejudicado.

3. Writ não conhecido. (HC 84.947/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 06/03/2008, DJe 31/03/2008)

CRIMINAL. HC. ROUBO QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. ATO DE JUIZ DE PRIMEIRO GRAU. INCOMPETÊNCIA DESTA CORTE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ORDEM NÃO CONHECIDA.

I. Evidenciado que a alegação de excesso de prazo na formação da culpa volta-se contra ato de Juiz de 1º grau de jurisdição, o qual ainda não foi apreciado pela Corte Estadual, sobressai a incompetência desta Corte para o exame da matéria, sob pena de indevida supressão de instância.

II. Ordem não conhecida, determinando-se a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça do Paraná. (HC 70.115/PR, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 15/02/2007, DJ 19/03/2007, p. 378)

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o pedido.

Publique-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator